Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais							Nº DO PRO	DTOCOLO (Uso da	Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a Código da Natureza Nº de Matureza sede for em outra UF) Jurídica Auxiliar do							1				
31400005455 2143											
1 - REQ	UERIMEI	NTO					l				
		ILN	ИO(A).	SR.(A) PR	ESIDENTE D	A Junta Co	omercial c	lo Estado de Mi	inas Gerais		
Nome:	<u>(</u>	COOPERATIV	A DE CF	REDITO CREI	DIPEU LTDA S	ICOOB CREI	<u>DIPEU</u>				
	(	(da Empresa o	u do Age	ente Auxiliar d	lo Comércio)				Nº FCN/RE	:MP	
-		erimento do se		to:							
	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO		DESCRIÇÃO	O DO ATO / EVE	NTO			MGE2	200127022	
1	007		1		SEMBLEIA GER		RDINARIA				
•		019	1	ESTATUTO	SOCIAL						
			<u>7 FE</u>	POMPEU Local EVEREIRO 20 Data	022	No As	ome: ssinatura: _		/ Agente Auxiliar do		
2 - USO	DA JUN	TA COMERC	CIAL								
DEC	SÃO SINO	GULAR				DEC	CISÃO COL	EGIADA			
Nome(s)	Empresari	ial(ais) igual(ai	s) ou ser	melhante(s):		<u> </u>					
SIM SIM								Processo em Ordem À decisão			
									,	/	
<u> </u>											
NÃO/_/ NÃO/_									Res	ponsável	
	L	Data	Res	ponsável		Data	ŀ	Responsável			
	SINGUL					2ª Exigêr	ncia	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência	
Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)							1				
Processo deferido. Publique-se e arquive-se.									Ш		
	esso inde	ieriao. i abiiqa	G-3C.								
								-	//	Danas a sécul	
DECISÃO	) COLEGI	<u> </u>							Data	Responsável	
_		exigência. (Vid	e desnad	cho em folha a	aneva)	2ª Exigêr	ncia	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência	
Processo deferido. Publique-se e arquive-se.							1				
=		ferido. Publiqu	-				_	<del></del>	_		
_	,	,									
	/-	/ Data				Vogal		Vogal		Vogal	
						_	nte da	-		<b>3</b>	
	~					i resider		7411114			
OBSERV	AÇÕES										
ODOLITY											
OBOLITO											



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

# Capa de Processo

Identificação do Processo					
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data			
22/081.181-4	MGE2200127022	15/02/2022			

Identificação do(s) Assinante(s)						
CPF	Nome					
853.329.846-34	DAYSILENE XAVIER CAMPOS DE BARROS					



Página 1 de 1

ATA DA 10<sup>a</sup> ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- p1- DATA, HORA E LOCAL: Aos 28 (vinte e oito) dias de outubro de 2021, às 19:00 horas (dezenove horas) em 3ª (terceira) e última convocação, de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados. Conforme Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI (IN DREI nº 81/2020), considera-se realizada esta Assembleia na sede do Sicoob Credipeu.
- 2- CONVOCAÇÃO: Em conformidade com as disposições legais e estatutárias através de publicação de edital de convocação no jornal O TEMPO, página 17, edição de 16 de outubro de 2021, sábado, afixação do referido edital no quadro de avisos do SICOOB CREDIPEU, no período de 15/10/2021 a 28/10/2021 e nas dependências mais comumente frequentadas pelos associados, e também foi distribuído circular aos associados. O Edital e demais instruções acerca da Assembleia foram divulgadas sítio http://www.sicoobcredipeu.com.br/assembleia.
- 3- PRESENÇA: O Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credipeu e a secretária declaram que estiveram presentes na AGE 105 (cento e cinco) associados, conforme relatório emitido pelo Sicoob Moob. Até a presente data o Sicoob Credipeu possui 9.978 (nove mil, novecentos e setenta e oito) associados.
- 4- MESA DIRIGENTE: Dênis Campos Sousa Presidente do Conselho de Administração do SICOOB CREDIPÉU; - Odilon Ferreira da Silva -Diretor Financeiro; Daysilene Xavier Campos de Barros - Diretora Administrativa; Diego Moreira Lino -Gerente Administrativo; Sibele Valadares Cordeiro – Supervisora de Contabilidade.
- 5- PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO DOS ASSOCIADOS: por meio do Sicoob Moob.
- 6- SECRETÁRIA: Sibele Valadares Cordeiro Supervisora de Contabilidade do SICOOB CREDIPEU, por solicitação do Sr. Álvaro de Campos Cordeiro Valadares.
- 7- ABERTURA: Foi informado pelo Diego Moreira Lino Gerente Administrativo que a Assembleia estava sendo gravada, bem como foi esclarecida a dinâmica de realização e participação na Assembleia Digital, visando facilitar os trabalhos do dia.
- 8- ORDEM DO DIA DOS TRABALHOS: O Sr. Dênis Campos Sousa, Presidente do Conselho de Administração do SICOOB CREDIPÉU, fez uma mensagem aos associados e declarou abertos os trabalhos da ordem do dia, constante do edital abaixo transcrito:

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE POMPÉU LTDA. -SICOOB CREDIPEU EM ALTERAÇÃO PARA COOPERATIVA DE CRÉDITO LTDA - SICOOB CREDIPEU - RUA GILBERTO CORDEIRO VALADARES, Nº 581, CENTRO - POMPÉU/MG - C.N.P. J Nº 66.262.643/0001-11 -

Página 1 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

# NIRE 3140000545-5 - EDITAL DE 1ª, 2ª E 3ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Credipeu Ltda. – SICOOB CREDIPEU, no uso das atribuições legais e estatutárias (ART. 39) convoca os associados desta cooperativa, em pleno gozo de seus direitos sociais para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada no dia **28 de OUTUBRO de 2021 (Quinta-feira)**, às 17:00 horas em primeira convocação com a presença de 2/3 do número de associados, às 18:00 horas em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos associados; ou em terceira e última convocação às 19:00 horas com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Deliberar sobre a reforma parcial do Estatuto Social do Sicoob Credipeu: Art. 8°;
- 2. Assuntos gerais de interesse da sociedade.

#### **OBSERVAÇÕES:**

- 1- A Assembleia Geral Extraordinária ocorrerá de forma **DIGITAL**, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio <a href="http://www.sicoobcredipeu.com.br/assembleia">http://www.sicoobcredipeu.com.br/assembleia</a>.
- **2-** O processo de votação terá a duração máxima de 15 (quinze) minutos ininterruptos, a contar do encerramento da apresentação dos assuntos da ordem do dia.
- 3- Considerando que este edital será publicado em jornal de grande circulação, bem como remetido aos associados por meio de Comunicado, afixado nos quadros de aviso do Sicoob Credipeu e divulgado nas redes sociais, não será feita a sua leitura durante a AGE visando agilizar os trabalhos.

Pompéu (MG), 14 de outubro de 2021.

DÊNIS CAMPOS SOUSA Presidente do Conselho de Administração COOP. DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA – SICOOB CREDIPEU 9-DELIBERAÇÕES:

Item 1. Deliberar sobre a reforma parcial do Estatuto Social do Sicoob Credipeu:

**Art. 8º:** A diretora Administrativa, Daysilene Xavier Campos de Barros explicou que ao longo dos últimos meses o Sistema Sicoob desenvolveu diversas tratativas visando o melhor atendimento das necessidades dos seus cooperados junto ao BNDES e Agência FINAME. Neste sentido e para ampliação dos limites operacionais do Sistema Sicoob foi exigida a inclusão por todas as cooperativas de cláusula específica nos

Página 2 de 40

ATA DA 10<sup>a</sup> ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

estatutos sociais (a exemplo do praticado em outro Sistema Cooperativo coirmão). Foram prestados os esclarecimentos solicitados.

Colocada a matéria em votação, a proposta de reforma estatutária foi aprovada por 52 (cinquenta e dois) votos a favor, não tendo havido votos contrários. Os demais 45 (guarenta e cinco) associados participantes da assembleia são funcionários e, portanto, sem direito a voto e 08 (oito) associados participaram da assembleia, mas não exerceram o direito de voto. Os votos foram contabilizados mediante atuação remota dos votantes, via aplicativo Sicoob Moob. Com isso, o Art. 8º do Estatuto Social do Sicoob Credipeu passa a ser a seguinte redação:

- Art. 8º A Cooperativa responde subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das quotas-parte de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento, sem prejuízo da responsabilidade solidária da Cooperativa perante o Sicoob Central Crediminas estabelecida nos § 2º e 3º deste artigo.
- § 1º A responsabilidade da Cooperativa, na forma da legislação vigente, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Sicoob Central Crediminas, salvo nos casos do § 2º e do § 3º deste artigo.
- § 2º A Cooperativa, nos termos do artigo 264 e seguintes do Código Civil Brasileiro. responderá solidariamente, até o limite do valor das quotas-parte que integralizar, pela insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza e pela inadimplência e/ou por qualquer outro prejuízo que ela ou qualquer outra associada causar ao Sicoob Central Crediminas, considerado o conjunto delas como um sistema integrado, observado o disposto no § 3º deste artigo.
- § 3º Caso a Cooperativa dê causa à insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza ao Sicoob Central Crediminas, fique inadimplente em relação a quaisquer obrigações contraídas com ela ou cause a ela qualquer outro prejuízo, a Cooperativa responderá com o patrimônio, representado inclusive pelas quotas-parte mantidas no Sicoob Central Crediminas, e na insuficiência desse, com o patrimônio dos administradores, se procederem com culpa ou dolo.
- §4º A filiação ao Sicoob Central Crediminas importa, automaticamente, solidariedade da Cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da Cooperativa ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das

Página 3 de 40

ATA DA 10<sup>a</sup> ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. - SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.

- §5º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da Cooperativa, pelas obrigações mencionadas no parágrafo anterior, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.
- §6º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a do Banco Sicoob e a da própria Cooperativa a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.

Sendo assim, o Estatuto Social ora aprovado passa a ter a seguinte redação:

#### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

#### CAPÍTULO I

#### DA NATUREZA JURÍDICA, DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DA ÁREA DE AÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL.

- Art. 1º Sob a denominação de COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE POMPÉU LTDA. -CREDIPÉU, constituiu-se em Assembleia Geral realizada em 20 de maio de 1.991, uma Cooperativa de Crédito Rural de responsabilidade limitada.
- § 1º Na assembleia geral extraordinária realizada em 22/06/2007, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO DE POMPÉU LTDA. - SICOOB CREDIPÉU.
- § 2º Na assembleia geral extraordinária realizada em 19/12/2013, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE POMPÉU LTDA. - SICOOB CREDIPEU.
- § 3º Na assembleia geral extraordinária realizada em 17/09/2021, a Cooperativa de que trata o caput deste artigo alterou sua denominação para COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. - SICOOB CREDIPEU.
- § 4º A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. SICOOB CREDIPEU- SICOOB CREDIPEU, CNPJ 66.262.643/0001-11, neste Estatuto Social designada simplesmente de é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida por este Estatuto Social e pela legislação vigente, tendo:

Página 4 de 40

pág. 6/49

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- I. Sede, administração e foro jurídico em Pompéu-MG, na Rua Gilberto Cordeiro Valadares, nº 581, Bairro Centro, CEP 35.640-000;
- II. Área de ação limitada ao município sede e aos seguintes municípios:(Pitangui, Martinho Campos, Abaeté, Felixlândia, Curvelo, Papagaios e Belo Horizonte);
- **III.** Prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.
- § 5º A área de ação da *Cooperativa* deverá ser homologada pelo Sicoob Central Crediminas, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.
- § 6º A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso II deste artigo, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, conforme a regulamentação em vigor.

#### CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL

- **Art. 2º** A *Cooperativa* tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:
- **I.** o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;
- II. prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;
- III. a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- § 1º No desenvolvimento do objeto social, a *Cooperativa* deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos associados, tendo como base os valores e princípios cooperativistas.
- § 2º Em todos os aspectos das atividades executadas na *Cooperativa* devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais ou de gênero.

# CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)

**Art. 3º** A *Cooperativa*, ao se filiar ao Sicoob Central Crediminas, integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).

Página 5 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

**Parágrafo único.** A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvado o disposto no artigo 8º deste Estatuto Social.

**Art. 4º** O Sicoob é um sistema nacional de cooperativas de crédito e se caracteriza por ter um conjunto de diretrizes e normas deliberadas pelos órgãos de administração do Sicoob Confederação, aplicáveis à própria Confederação, às cooperativas centrais e singulares filiadas, resguardada a autonomia jurídica dessas entidades.

Art. 5º O Sicoob é integrado:

- I. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);
- II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistema Local);
- **III.** pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais mencionadas no inciso II acima;
- IV. pelas instituições vinculadas ao Sicoob.
- **Art. 6º** A marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e seu uso observará regulamentação própria.
- **Art. 7º** A *Cooperativa*, por integrar o Sicoob e estar filiada ao Sicoob Central Crediminas, está sujeita às seguintes regras:
- I. aceitação da prerrogativa do Sicoob Central Crediminas representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Sicoob Confederação, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob), o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) ou com quaisquer outras instituições públicas e privadas quando relacionadas às atividades do Sicoob Central Crediminas;
- **II.** aceitação e cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Local, conforme definido no art. 5°, II, deste Estatuto Social, por meio do Estatuto Social do Sicoob Central Crediminas e demais normativos;
- **III.** acesso, pelo Sicoob Central Crediminas ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;
- IV. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pelo Sicoob Central Crediminas ou pelo Sicoob Confederação,

Página 6 de 40

pág. 8/49

MARINELY DE PAULA BOM SECRETÁRIA GERAL

ATA DA 10<sup>a</sup> ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

formalizado por meio de instrumento próprio, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria Cooperativa, do sistema local e do Sicoob.

#### **CAPÍTULO IV** DA RESPONSABILIDADE

- Art. 8º A Cooperativa responde subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das quotas-parte de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento, sem prejuízo da responsabilidade solidária da Cooperativa perante o Sicoob Central Crediminas estabelecida nos § 2º e 3º deste artigo.
- § 1º A responsabilidade da Cooperativa, na forma da legislação vigente, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Sicoob Central Crediminas, salvo nos casos do § 2º e do § 3º deste artigo.
- § 2º A Cooperativa, nos termos do artigo 264 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responderá solidariamente, até o limite do valor das quotas-parte que integralizar, pela insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza e pela inadimplência e/ou por qualquer outro prejuízo que ela ou qualquer outra associada causar ao Sicoob Central Crediminas, considerado o conjunto delas como um sistema integrado, observado o disposto no § 3º deste artigo.
- § 3º Caso a Cooperativa dê causa à insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza ao Sicoob Central Crediminas, fique inadimplente em relação a quaisquer obrigações contraídas com ela ou cause a ela qualquer outro prejuízo, a Cooperativa responderá com o patrimônio, representado inclusive pelas quotas-parte mantidas no Sicoob Central Crediminas, e na insuficiência desse, com o patrimônio dos administradores, se procederem com culpa ou dolo.
- §4º A filiação ao Sicoob Central Crediminas importa, automaticamente, solidariedade da Cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da . Cooperativa ou do conjunto das demais filiadas, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.
- §5º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária da Cooperativa, pelas obrigações mencionadas no parágrafo anterior, quando os

Página 7 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.

**§6º** A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a do Banco Sicoob e a da própria Cooperativa a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.

#### TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

#### CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

- **Art. 9º** Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como que tenham residência ou estejam estabelecidas em município integrante da área de ação da Cooperativa e/ou em qualquer outra parte do território nacional.
- **§1º** Podem também associar-se as pessoas jurídicas, observadas as disposições da legislação em vigor.
- § 2º Podem permanecer na Cooperativa as pessoas que, quando da associação, reuniam as condições estatutárias para admissão no quadro social.
- Art. 10. Não podem ingressar na Cooperativa:
- **I.** as instituições financeiras e as pessoas que exerçam atividades que contrariem os objetivos da *Cooperativa* ou que com eles colidam;
- II. as pessoas jurídicas que exerçam concorrência com a própria sociedade cooperativa.
- **Art. 11.** O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).
- **Art. 12** Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma e no valor previstos no Estatuto Social vigente quando da aprovação da associação pelo mencionado Conselho e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.
- § 1º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da *Cooperativa*, na hipótese em que houver posterior aumento do capital mínimo de associação.

Página 8 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- § 2º Havendo posterior redução do capital mínimo, não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.
- § 3º O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.
- **§ 4º** O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.

#### CAPÍTULO II DOS DIREITOS

#### Art. 13. São direitos dos associados:

- **I.** tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;
- **II.** ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;
- III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- **IV.** beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela *Cooperativa*, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;
- **V.** examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;
- VI. tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa;
- VII. demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.
- § 1º O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a *Cooperativa* perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego, exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 130/2009.
- § 2º O associado presente à Assembleia Geral terá direito a 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

#### CAPÍTULO III DOS DEVERES

Art. 14. São deveres dos associados:

Página 9 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;
- **II.** cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;
- III. zelar pelos interesses morais, éticos, sociais e materiais da Cooperativa;
- **IV.** respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;
- V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na Cooperativa;
- VI. manter suas informações cadastrais atualizadas;
- **VII.** não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na *Cooperativa* para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da *Cooperativa*, do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;
- **VIII.** responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;
- **IX.** comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilicitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.

# CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

#### SEÇÃO I DA DEMISSÃO

- **Art. 15.** A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.
- § 1º O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.
- § 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.

Página 10 de 40

segurança V466 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

§ 3º A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na Cooperativa.

#### SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO

- **Art. 16.** A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:
- I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa;
- **II.** praticar atos que, a critério da *Cooperativ*a, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos constantes e relevantes em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na *Cooperativa*;
- **III.** deixar de honrar qualquer compromisso perante a *Cooperativa*, ou perante terceiro, no qual a *Cooperativa* tenha prestado qualquer espécie de garantia pela qual ela seja obrigada a honrar em decorrência da inadimplência do associado;
- **IV.** estiver divulgando entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na *Cooperativa* ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela *Cooperativa*.
- **Art. 17.** A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião do Conselho de Administração e o que ocasionou deverá constar em termo próprio e assinado pelo Presidente.
- § 1º O associado será notificado por meio de carta em que esteja descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.
- § 2º O associado que não for localizado no endereço constante na ficha cadastral será notificado por meio de edital em jornal local de ampla circulação.
- § 3º O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da carta ou da publicação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.

#### SEÇÃO III DA EXCLUSÃO

Art. 18. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:

Página 11 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- I. dissolução da pessoa jurídica;
- II. morte da pessoa natural;
- III. incapacidade civil não suprida;
- **IV.** deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na *Cooperativa*.

**Parágrafo único.** A exclusão com fundamento no inciso IV será por ato do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.

#### CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO

- **Art. 19.** A responsabilidade do associado por compromissos da *Cooperativa* perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.
- § 1º Em caso de desligamento do quadro social:
- **I.** a responsabilidade descrita no *caput* perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento;
- **II.** a *Cooperativa* poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes.
- § 2º As obrigações contraídas por associados com a *Cooperativa*, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.
- **Art. 20.** O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da *Cooperativa* após 02 (*dois*) ano(s), contado(s) do pagamento, pela *Cooperativa*, da última parcela das quotas-partes restituídas.

**Parágrafo único.** A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no *caput* caso ainda não tenha sido restituída qualquer parcela de seu capital.

**Art. 21** O associado que se demitiu, que foi eliminado ou que foi excluído do quadro social da Cooperativa, caso tenha interesse em retornar ao mesmo, deverá subscrever e integralizar o mesmo número de quotas-partes que tinha quando de seu desligamento, sendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) à vista, e em moeda corrente, e o restante em até 12 (*doze*) parcelas mensais e consecutivas, devendo ainda ser atendidas as demais condições legais e estatutárias de associação.

#### TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

Página 12 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

# CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL

#### SEÇÃO I DA QUOTA-PARTE

- **Art. 22.** O capital social da *Cooperativa* é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (*um real*) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da *Cooperativa* não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (*vinte mil reais*).
- **Art. 23.** No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará, o valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) equivalentes a 200 (duzentas) quotas partes de R\$ 1,00 cada uma, integralizando, no mínimo 50% (cinquenta por cento) à vista, e em moeda corrente e o restante em até 02 (*duas*) parcelas mensais e consecutivas.
- § 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotaspartes do capital social da *Cooperativa*.
- **§ 2º** As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a *Cooperativa*, nos termos deste Estatuto Social.
- § 3º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.
- **Art. 24.** O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta corrente na *Cooperativa* desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal.
- § 1º. O menor também poderá participar das assembleias como ouvinte, para tomar conhecimento legal e doutrinário da sua sociedade cooperativa. Mas não poderá votar e ser votado.
- § 2º. Terá, ainda, direito a receber sobras ou ratear as perdas que forem geradas durante o exercício social, de forma proporcional às operações realizadas em seu nome como associado.
- § 3º. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.

#### CAPÍTULO II DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL

**Art. 25.** Conforme deliberação do Conselho de Administração, o capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

Página 13 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

#### CAPÍTULO III DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES

#### SEÇÃO I DA TRANSFERÊNCIA

**Art. 26.** As quotas-partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da *Cooperativa*, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociada e nem dada em garantia.

# SEÇÃO II DO RESGATE ORDINÁRIO

- **Art. 27.** Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotaspartes integralizadas, acrescidas da respectiva correção monetária, quando houver, calculada desde a data da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado até o dia útil anterior à devolução, bem como dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:
- **I.** a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;
- **II.** em casos de demissão e exclusão, salvo nos casos de morte, o valor a ser devolvido pela *Cooperativa* ao associado será dividido em até 120 (*cento e vinte*) parcelas mensais e consecutivas;
- **III.** em casos de eliminação, o valor a ser devolvido pela *Cooperativa* ao associado será dividido em até 120 (*cento e vinte*) parcelas mensais e consecutivas;
- **IV.** os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotaspartes do capital e demais créditos existentes em nome do *de cujus*, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, à vista;
- **V.** os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

#### SEÇÃO III DO RESGATE EVENTUAL

**Art. 28.** Ao associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a *Cooperativa*, tiver no mínimo 75 (*setenta e cinco*) anos de idade e tiver no mínimo 27 (*vinte e sete*) anos de associação, será facultada a

Página 14 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

devolução de suas quotas-partes, desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexigibilidade do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição. Também deve ser observado o seguinte:

- O valor a ser devolvido pela cooperativa como resgate eventual ao associado, será dividido em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.
- II. O Conselho de Administração deliberará acerca das condições aplicáveis ao resgate eventual, observado que os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;
- III. Tornando-se o associado inadimplente em qualquer operação, ficará suspenso automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, facultando o retorno a percepção das parcelas no mês seguinte ao da liquidação da inadimplência, observado os demais requisitos previstos nesta seção;
- IV. Ocorrendo a reincidência na condição de inadimplente, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação nos termos do artigo 368 do Código Civil.
- V- No caso de desligamento do associado, nas formas previstas neste Estatuto, durante o período de recebimento das parcelas do resgate eventual, o saldo remanescente da conta capital e o saldo registrado em capital a devolver serão somados, e ao resultado apurado serão aplicadas as regras para o resgate ordinário.
- VI- A opção de resgate eventual será exercida uma única vez, considerando-se o saldo em conta capital quando do último exercício aprovado pela Assembleia Geral, não sendo computado o capital integralizado através de transferência entre associados.

Parágrafo único. O associado pessoa jurídica não fará jus ao resgate eventual.

# TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS

# CAPÍTULO I DO BALANCO. DAS SOBRAS E DAS PERDAS

Art. 29. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.

Página 15 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- **Art. 30.** As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:
- **I.** pela distribuição entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a *Cooperativa* segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;
- II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;
- III. pela manutenção na conta sobras/perdas acumuladas; ou
- **IV.** pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I deste artigo.
- **Art. 31.** As perdas apuradas no exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, em caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:
- **I.** mediante compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes, desde que a *Cooperativa*:
- a) mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;
- b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas;
- c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional.
- **II.** mediante rateio entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou mantidas na *Cooperativa*, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.

#### CAPÍTULO II DOS FUNDOS

- **Art. 32.** Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:
- **I. 40**% (*quarenta por cento*) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da *Cooperativa*;
- **II. 10**% (*dez por cento*) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, e aos empregados da *Cooperativa*.

Página 16 de 40

segurança V466 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

**Art. 33.** Além dos fundos previstos no art. 32, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

#### TÍTULO V DAS OPERAÇÕES

- **Art. 34.** A *Cooperativa* poderá realizar operações e prestar serviços permitidos pela regulamentação em vigor.
- § 1º A captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados, ressalvadas a captação de recursos dos Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, as operações realizadas com outras instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentos de remuneração.
- § 2º Ressalvado o disposto no §1º deste artigo, é permitida a prestação de outros serviços de natureza financeira e afins a associados e a não associados.
- § 3º As operações de depósitos à vista e a prazo e de concessão de créditos obedecerão aos normativos aprovados pelo Conselho de Administração, pelo Sicoob Central Crediminas e pelo Sicoob Confederação.
- **Art. 35.** A *Cooperativa* pode participar do capital de outras instituições, desde que respeitadas a legislação e a regulamentação em vigor.

# TÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

# CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

- **Art. 36.** A estrutura de governança corporativa da *Cooperativa* é composta pelos seguintes órgãos sociais:
- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho de Administração;
- III. Diretoria Executiva;
- IV. Conselho Fiscal.

# CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL

Página 17 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

# SEÇÃO I DA DEFINIÇÃO

- **Art. 37.** A Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da *Cooperativa*, tendo poderes, nos limites da lei e deste Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.
- § 1º As decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes e constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas.
- § 2º A forma de lavratura das atas consta em normativo específico e deve ser observada pela *Cooperativa*.

# SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO

- **Art. 38.** A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.
- § 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.
- § 2º O Sicoob Central Crediminas poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a *Cooperativa* convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:
- I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;
- II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;
- III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.
- § 3º O Sicoob Central Crediminas poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da *Cooperativa* se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.

# SEÇÃO III DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO

**Art. 39.** A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma tríplice e cumulativa, da seguinte forma:

Página 18 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- **I.** afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;
- II. publicação em jornal de circulação regular;
- **III.** comunicação aos associados por intermédio de circulares e/ou por meios eletrônicos. **§1º**. Não havendo, no horário estabelecido, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.
- §º 2º A Comunicação descrita no inciso III poderá ser feita por meio de endereço eletrônico fornecido pelo associado, mediante autorização formal deste.

# SEÇÃO IV DO EDITAL

- **Art. 40.** Do edital de convocação da Assembleia Geral deve conter o que segue, sem prejuízo das orientações descritas em regulamento próprio:
- I. a denominação social completa da *Cooperativa*, CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;
- **II.** o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- III. a sequência numérica das convocações e quórum de instalação;
- **IV.** a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma do Estatuto Social, a indicação precisa da matéria;
- **V.** o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 38 deste Estatuto Social.

**Parágrafo único.** No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento que a solicitou.

#### SEÇÃO V DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

**Art. 41.** O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:

Página 19 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;
- II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;
- III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.

#### SEÇÃO VI DO FUNCIONAMENTO

- **Art. 42.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.
- § 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.
- § 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.
- § 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pelo Sicoob Central Crediminas, os trabalhos serão dirigidos pelo representante do Sicoob Central Crediminas e secretariados por convidado pelo primeiro.
- § 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da *Cooperativa* para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

# SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO

- **Art. 43.** Cada associado será representado na Assembleia Geral da *Cooperativa* pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.
- § 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.
- § 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.
- **Art. 44.** Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

#### SUBSEÇÃO II

Página 20 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

#### DO VOTO

- **Art. 45.** Em regra a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto, atendendo inclusive a regulamentação própria.
- **Art. 46.** As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados *presentes* com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 54, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados *presentes*.
- **Art. 47.** Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembleia, pelo presidente do conselho de administração, bem como pelo coordenador do conselho fiscal ou, na sua ausência, por outro membro do conselho fiscal.
- **Art. 48**. As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes da ordem do dia prevista no edital de convocação.

# SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE

- **Art. 49.** A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:
- I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- **II.** conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;
- III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

**Parágrafo único.** Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.

## SEÇÃO VII DAS DELIBERAÇÕES

- **Art. 50.** É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:
- I. alienação ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;
- II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;

Página 21 de 40

ATA DA 10° ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- **III.** aprovação do regimento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;
- **IV.** julgar recurso do associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 17, § 1º deste Estatuto Social;
- V. deliberar sobre a filiação e demissão da Cooperativa ao Sicoob Central Crediminas.

#### CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- **Art. 51.** A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:
- **I.** prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
- a) relatório da gestão;
- b) balanço;
- c) relatório da auditoria externa;
- d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da *Cooperativa*.
- **II.** destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;
- **III.** estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;
- **IV.** eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da *Cooperativa*;
- **V.** fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;
- **VI.** quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 54 deste Estatuto Social.

Página 22 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

**Art. 52.** A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

#### CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- **Art. 53.** A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da *Cooperativa*, desde que mencionado em edital de convocação.
- **Art. 54.** É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:
- reforma do Estatuto Social;
- II. fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. mudança do objeto social;
- IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V. prestação de contas do liquidante.

**Parágrafo único.** São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

# CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

- Art. 55. São órgãos estatutários da Cooperativa:
- Conselho de Administração;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.

**Parágrafo único.** O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.

#### SEÇÃO I DAS CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS

Página 23 de 40

ATA DA 10<sup>a</sup> ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- Art. 56. O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos estatutários da Cooperativa está disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral.
- Art. 57. São condições cumulativas para o exercício dos cargos estatutários da Cooperativa, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às cooperativas de crédito:
- I. ter reputação ilibada;
- II. ser residente no País;
- III. ser associado pessoa natural da Cooperativa.
- IV. não participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil ou de outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;
- V. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- VI. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
- VII. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- VIII. não estar declarado falido ou insolvente:
- IX. não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
- X. não estar em exercício de cargo público eletivo.
- XI. não ter sido inabilitado em processo administrativo sancionador, em primeira instância administrativa, ressalvada a hipótese de concessão de efeito suspensivo à decisão de inabilitação.

Página 24 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

XII. aos cargos do Conselho de Administração: ter formação acadêmica de nível superior (concluída ou em andamento), ou formação técnica de nível médio (concluída ou em andamento), ou formação técnica de acordo com o Curso de Formação de Conselheiros de Administração ministrado pelo Sicoob Central Crediminas, ou experiência comprovada no cargo de Conselheiro de Administração de sociedade cooperativa, ou experiência comprovada na gestão de empreendimento rural, ou experiência comprovada na gestão de empresa, ou ter trabalhado com vínculo empregatício em instituição financeira;

XIII. ter operado assiduamente/regularmente com a Cooperativa nos dois últimos exercícios sociais (ser associado ativo).

XIV. não ter operação baixada como prejuízo em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, registrada no Sistema de Informações de Crédito -SCR;

- XV. não ter as suas contas relativas ao exercício de cargo de administração em sociedades cooperativas reprovadas pela respectiva assembleia geral ordinária;
- **§ 1º** No caso de eleitos para cargos estatutários que não atendam ao disposto nos incisos VII a IX, o Banco Central do Brasil poderá analisar a situação individual dos pretendentes, com vistas a avaliar a possibilidade de aceitar a homologação de seus nomes.
- § 2º É condição adicional para exercício de cargo estatutário de administração possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, conforme política de sucessão de administradores, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa, a qual será dispensada nos casos de reeleição de membro, com mandato em vigor no órgão para o qual foi eleito, na própria Cooperativa.
- §3º Nenhum associado pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.
- §4º Não podem compor o Conselho de Administração e/ou a Diretoria Executiva e/ou o Conselho Fiscal os parentes entre si até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, bem como cônjuges e companheiros.
- §5º Os membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.
- §6º A condição prevista no inciso IV deste artigo aplica-se, inclusive, aos ocupantes de funções de gestão (superintendentes, gerentes e similares) da Cooperativa.
- §7º A condição de que trata o inciso IV deste artigo não se aplica à participação de conselheiros de cooperativas de crédito no Conselho de Administração ou colegiado Página 25 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

equivalente de instituições financeiras e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelas referidas cooperativas, desde que não assumidas funções executivas nessas controladas.

- **§8º** Não é admitida a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.
- **§9º** Considera-se associado ativo aquele que, num período de 6 meses consecutivos, mantenha qualquer operação ativa ou passiva com a Cooperativa, excetuando-se o capital social.
- **§10** Operação baixada como prejuízo compreende a operação de crédito considerada contabilmente como perda pela Instituição Financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional, devidamente registrada no Sistema de Informações de Crédito SCR como operação baixada como prejuízo.
- **§11** A condição descrita no inciso XIV será apurada pela Comissão Eleitoral Originária da Cooperativa quando da análise de atendimento ou não pelos candidatos das condições de candidatura e elegibilidade previstas no Regimento Eleitoral da Cooperativa e neste Estatuto Social.
- **§12** A diplomação em cargo público eletivo impede a candidatura aos cargos de Conselheiro de Administração e de Conselheiro Fiscal.
- **§13** Entendem-se como cargo público eletivo aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Vice-prefeito, Deputado Estadual e Federal, Senador, Governador, Vice-governador, Presidente da República, Vice-presidente da república), conforme a legislação eleitoral e constitucional vigentes.
- **§14** Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de para qual órgão estatutário estiver concorrendo.
- **§15** Os pré-requisitos considerados desejáveis na Política de Sucessão de Administradores da Cooperativa, por não serem obrigatórios, não serão impeditivos à candidatura, tampouco ao exercício do cargo na Cooperativa.

#### SEÇÃO II DA INELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS A CARGOS ESTATUTÁRIOS

- **Art. 58.** São condições de inelegibilidade de candidatos a cargos dos órgãos estatutários, inclusive os executivos eleitos:
- I. pessoas impedidas por lei;

Página 26 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- II. condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- **III.** condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional.
- **§ 1º.** A diplomação em cargo público eletivo impede a candidatura a cargos dos órgãos estatutários.
- **§ 2º** Para se candidatarem a cargo político-partidário os membros ocupantes de cargos de administração deverão renunciar ao cargo ocupado na cooperativa.

#### SEÇÃO III DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS

- **Art. 59.** Os membros dos órgãos estatutários, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de posse e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.
- § 1º. Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 05 (*cinco*) dias, contados da ciência da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

# SEÇÃO IV DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Art. 60.** O Conselho de Administração é composto por 07 (sete) membros efetivos, dentre eles um presidente, e os demais conselheiros vogais, todos eles associados da Cooperativa e eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do previsto no Regimento Eleitoral.

#### SUBSEÇÃO II DO MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- **Art. 61.** O mandato do Conselho de Administração é de 04 *(quatro)* anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.
- § 1º. O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.
- § 2º. Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ser eleito por mais de 02 (dois) mandatos consecutivos.

Página 27 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

# SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- **Art. 62.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:
- I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.
- § 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.
- § 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.

# SUBSEÇÃO IV DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- **Art. 63.** Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:
- I. morte ou invalidez permanente;
- II. renúncia;
- III. destituição;
- **IV.** não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;
- **V.** patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria *Cooperativa*, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- VI. desligamento do quadro de associados da Cooperativa;
- VII. diplomação pelo respectivo tribunal ou junta eleitoral em cargo público eletivo.

Página 28 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- § 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.
- § 2º. Ao conselheiro que se ausentar da reunião por motivo de doença será garantida a sua remuneração, mediante apresentação de atestado médico.
- Art. 64. Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído por outro membro indicado.

Parágrafo único. Na hipótese da substituição descrita no caput deste artigo, o substituto não fará jus à remuneração do presidente, que terá mantida a sua remuneração.

- Art. 65. Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente o Conselho de Administração designará substituto escolhido entre seus membros.
- Art. 66. Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

Parágrafo único. Até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.

Art. 67. Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.

#### **SUBSEÇÃO V** DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Art. 68. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:
- fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitados ao valor global definido pela Assembleia Geral;
- III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;

Página 29 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;
- **VI.** deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);
- VII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;
- VIII- deliberar sobre a criação de comitês consultivos;
- **IX.** propor à Assembleia Geral a participação da *Cooperativa* no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos;
- **X.** manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;
- **XI.** deliberar sobre admissão e eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;
- **XII.** deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;
- XIII. escolher e destituir os auditores externos, na forma da regulamentação em vigor;
- **XIV.** acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da *Cooperativa*, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;
- **XV.** garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;
- **XVI.** acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a *Cooperativa* e ao Sicoob Central Crediminas a qual estiver filiada;
- **XVII.** definir a política para a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio;
- XVIII. deliberar sobre a aquisição de bens imóveis de uso próprio da Cooperativa;

Página 30 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- **XIX.** deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento.
- Art. 69. Compete ao presidente do Conselho de Administração:
- **I.** representar a *Cooperativa*, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais do Sicoob Central Crediminas, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;
- II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- **III.** decidir, *ad referendum* do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;
- **IV.** designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;
- V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;
- **VI.** tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.
- §1º. Na impossibilidade de representação o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração a membro da Diretoria Executiva, para a representação prevista no inciso I.
- **§2º.** O presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, outorgar procuração para representação da Cooperativa nas assembleias gerais do Banco Sicoob.
- **Art. 70.** É atribuição *do* Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.

#### SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA

# SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO

**Art. 71.** A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por no mínimo 02 (*dois*) e no máximo 03 (três) diretores, sendo um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e um Diretor Superintendente.

Página 31 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

**Parágrafo único.** Os membros da Diretoria Executiva não poderão ser oriundos do Conselho de Administração.

#### SUBSEÇÃO II DO MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Art. 72.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.

**Parágrafo único.** O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

#### SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Art. 73.** Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Administrativo será substituído, nesta ordem, pelo Diretor Financeiro ou Diretor Superintendente, que continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos, ressalvado o disposto no §2º do artigo 77.

**Parágrafo único.** A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados, ressalvado o disposto no §2º do artigo 77.

- **Art. 74.** Nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou na vacância de qualquer cargo de diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência.
- **Art. 75.** Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de Diretor Executivo:
- I. morte ou invalidez permanente;
- II. renúncia;
- III. destituição;
- **IV.** patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria *Cooperativa*, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- V. diplomação pelo respectivo tribunal ou junta eleitoral em cargo público eletivo.

#### SUBSEÇÃO IV

Página 32 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

#### DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

#### Art. 76. Compete à Diretoria Executiva:

- **I.** adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;
- **II.** elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantêlo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da *Cooperativa* e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;
- III. aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;
- **IV.** deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;
- **V.** avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da *Cooperativa*;
- VI. aprovar e divulgar normativos operacionais internos da Cooperativa;
- **VII.** adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos do Sicoob Central Crediminas e das áreas de Auditoria e Controles Internos;
- **VIII.** deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis de não uso próprio da sociedade, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;
- IX. conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;
- **X.** supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da *Cooperativa*;
- **XI.** informar, tempestivamente, o Conselho de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes;
- **XII.** outorgar mandato a empregado da *Cooperativa*, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato;
- XIII. outorgar mandato ad judicia a advogado empregado ou contratado;
- **XIV.** conceber as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;

Página 33 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

**XV.** averbar no Livro ou Ficha de Matrícula a subscrição, realização ou resgate de quotaparte, bem como as transferências realizadas entre associados;

**XVI.** garantir a execução das políticas e diretrizes de recursos humanos, crédito, tecnologia e materiais;

**XVII.** zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;

XVIII. zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;

**XIX.** acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;

**XX-** Resolver os casos omissos, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo; e

**XXI.** executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral.

- **§1º.** As atribuições designadas a cada diretor executivo, previstas no Regimento Interno da Diretoria Executiva, deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.
- **§2º.** É vedada a participação do Diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito nas decisões e deferimentos de operações de crédito, inclusive nas hipóteses de substituição temporária.
- **§3º.** A representação da Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, será exercida pelos Diretores Executivos, em conjunto ou individualmente, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 69, que somente poderá ser exercida se houver outorga de procuração específica do presidente do Conselho de Administração.

#### SUBSEÇÃO V DA OUTORGA DE MANDATO

- Art. 77. O mandado outorgado pelos diretores a empregado da Cooperativa:
- **I.** não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato *ad judicia*;
- II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados;
- **III.** deverá constar que o empregado da *Cooperativa* sempre assine em conjunto com um diretor.

Página 34 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

**Art. 78.** Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da *Cooperativa* deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

**Parágrafo único.** Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no *caput* deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.

### CAPÍTULO VI DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

## SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL

- **Art. 79.** A administração da *Cooperativa* será fiscalizada assídua e minuciosamente por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada 03 (*três*) anos pela Assembleia Geral, na forma prevista em regimento próprio.
- §1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente.
- §2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.
- §3º Nenhum membro do Conselho Fiscal poderá ser eleito por mais de 02 (dois) mandatos consecutivos.

### SEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL

- **Art. 80.** Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no art. 63, incisos I a VII, deste Estatuto Social.
- **§1º.** Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.
- **§2º.** Ao conselheiro que se ausentar da reunião por motivo de doença será garantida a sua remuneração, mediante apresentação de atestado médico.
- **Art. 81.** No caso de vacância, será efetivado membro suplente, obedecido o critério de maior tempo de associação do suplente.

Página 35 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

**Art. 82.** Ocorrendo 4 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

### SEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

- **Art. 83.** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:
- **I.** as reuniões se realizarão sempre com a presença dos 3 (três) membros efetivos ou dos suplentes previamente convocados;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.
- § 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.
- § 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.
- § 3º Os membros suplentes poderão participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecerem, por convocação, para substituírem membros efetivos.

### SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

### Art. 84. Compete ao Conselho Fiscal:

- **I.** fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- **II.** opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da *Cooperativa*;
- III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa;

Página 36 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

- **IV.** opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterá, se for o caso, os votos dissidentes;
- **V.** convocar os auditores internos e externos, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- **VI.** convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;
- **VII.** comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;
- VIII. aprovar o próprio regimento interno;

**Parágrafo único.** No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da *Cooperativa*, ou da assistência de técnicos externos, a expensas da *Cooperativa*, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

## TÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

- **Art. 85.** Além de outras hipóteses previstas em lei, a *Cooperativa* dissolve-se de pleno direito:
- **I.** quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
- II. pela alteração de sua forma jurídica;
- **III.** pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;
- IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;
- V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.
- Art. 86. A liquidação da Cooperativa obedece às normas legais e regulamentares próprias.

### TÍTULO VIII

Página 37 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

### **DA OUVIDORIA**

**Art. 87.** A *Cooperativa* adere ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Banco Sicoob.

### TÍTULO IX DA DISPOSIÇÃO FINAL

- **Art. 88.** Dependem da prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil, para que surtam efeitos legais, os atos societários deliberados pela *Cooperativa*, referentes a:
- I. eleição de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- II. reforma do estatuto social;
- III. mudança do objeto social;
- IV. fusão, incorporação ou desmembramento;
- **V.** dissolução voluntária da sociedade, nomeação do liquidante e eleição dos conselheiros fiscais.
- **Art. 89.** As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da Cooperativa, poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social, Regimento Eleitoral e na legislação e regulamentação em vigor.
- **Art. 90.** Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a Cooperativa poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.
- **Art. 91.** Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

Redação consolidada na forma das alterações propostas e aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/10/2021.

Pompéu (MG), 28 de outubro de 2021.

DENIS CAMPOS SOUSA Presidente do Conselho de Administração

Página 38 de 40

ATA DA 10<sup>a</sup> ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

DAYSILENE XAVIER CAMPOS DE BARROS **Diretor Administrativo** 

**ODILON FERREIRA DA SILVA Diretor Financeiro** 

### Item 2- Assuntos gerais de interesse da sociedade.

Passando aos assuntos gerais de interesse da sociedade; o Sr. Dênis Campos Sousa-Presidente do Conselho de Administração do SICOOB CREDIPÉU, franqueou a palavra aos associados. Neste instante o diretor financeiro fez uso da palavra e falou que o Sicoob Credipeu está comemorando 30 anos e este ano ainda teremos o terceiro sorteio da campanha "Show de Prêmios Sicoob Credipeu 30 anos" e convidou a todos para continuarem participando da promoção que está registrada no SECAP e o regulamento da campanha está amplamente divulgada nas mídias sociais, no site do Sicoob Credipeu e na sede do Sicoob Credipeu.

Depois a palavra foi novamente franqueada aos associados.

O gerente Administrativo Diego Moreira Lino fez uso da palavra e convidou a todos para assistirem um vídeo institucional do Sicoob Credipeu.

Em seguida a palavra foi novamente franqueada aos associados e ninguém mais fez uso.

Na sequência, o Sr. Dênis Campos Sousa - Presidente do Conselho de Administração do SICOOB CREDIPÉU, a fim de atender as disposições legais e estatutárias, informou que a ata será assinada pela secretária, pelo próprio Presidente do Conselho de Administração, pela coordenadora do Conselho Fiscal e ressaltou que após estes assinarem, quantos mais quiserem assinar poderão fazê-lo. Assim sendo assinarão esta ata: Sibele Valadares Cordeiro – Secretária – CPF 512.644.206-68; Dênis Campos Sousa – CPF 033.503.006-85; Gabriela Oliveira Campos – CPF 098.931.276-37.

Depois agradeceu a participação dos associados neste novo formato de assembleia digital.

Eu, Sibele Valadares Cordeiro, CI M- 3.928.041, CPF nº 512.644.206-68, supervisora de contabilidade do Sicoob Credipeu, secretária da presente Assembleia, declaro sob as penas da lei que: i. todos os requisitos para realização desta Assembleia DIGITAL foram preenchidos, especialmente os previstos na IN DREI nº 81/2020; e ii. esta ata retrata fielmente o ocorrido na presente Assembleia Geral Extraordinária, bem como que ela foi lavrada de forma digital e sua reprodução impressa irá compor o livro próprio, sendo assim, assino a presente para todos os fins de direito.

Página 39 de 40

ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIPEU LTDA. – SICOOB CREDIPEU, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2021.

POMPÉU (MG), 28 DE OUTUBRO DE 2021.

SIBELE VALADARES CORDEIRO Secretária

DÊNIS CAMPOS SOUSA

Presidente do Conselho de Administração

GABRIELA OLIVEIRA CAMPOS

Coordenadora do Conselho Fiscal

Página 40 de 40



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## **Documento Principal**

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/081.181-4	MGE2200127022	15/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
853.329.846-34	DAYSILENE XAVIER CAMPOS DE BARROS



Página 1 de 1

# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE **REGISTRO DIGITAL**

Eu, Elaine Cristina Neto, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 82177, expedida em 24/06/2005, inscrito no CPF nº 005.943.926-24, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

Belo Horizonte/MG, 15 de fevereiro de 2022.

Nome do declarante que assina digitalmente: Elaine Cristina Neto





Ofício 30.303/2021-BCB/Deorf/GTBHO Processo 0000200326

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2021.

À

Cooperativa de Crédito Credipéu Ltda. – Sicoob Credipéu Rua Gilberto Cordeiro Valadares, 581 - Centro 35640-000 Pompéu – MG

A/C dos Senhores Daysilene Xavier Campos de Barros – Diretor Administrativo Odilon Ferreira da Silva – Diretor Financeiro

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de outubro de 2021:

Reforma estatutária.

Reforma Parcial do Estatuto Social, com alteração do artigo 8º.

- Reiteramos que essa cooperativa deverá, na próxima assembleia geral que realizar, promover reforma do estatuto social com vistas a atender as exigências contidas em nosso Ofício nº 24979/2021, de 27 de outubro de 2021.
- Anexamos o estatuto social consolidado com as alterações aprovadas no 3. referido ato societário.

Atenciosamente,

Marcos Antônio Henriques Pinheiro Gerente-Técnico

Marcelo Hamilton de Carvalho Motta Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) Gerência-Técnica em Belo Horizonte (GTBHO) E-mail: qtbho.deorf@bcb.gov.br



## JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

### Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/081.181-4	MGE2200127022	15/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
853.329.846-34	DAYSILENE XAVIER CAMPOS DE BARROS



Página 1 de 1

# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE **REGISTRO DIGITAL**

Eu, Elaine Cristina Neto, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 82177, expedida em 24/06/2005, inscrito no CPF nº 005.943.926-24, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. OFICIO - 1 página(s) 2. CRC - 1 página(s)

Belo Horizonte/MG, 15 de fevereiro de 2022.

Nome do declarante que assina digitalmente: Elaine Cristina Neto



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado de Minas Gerais Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

# TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDIPEU LTDA. - SICOOB CREDIPEU, de NIRE 3140000545-5 e protocolado sob o número 22/081.181-4 em 18/02/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9191466, em 18/02/2022. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Alberto Vieira Filho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	
853.329.846-34	DAYSILENE XAVIER CAMPOS DE BARROS	

#### Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	
853.329.846-34	DAYSILENE XAVIER CAMPOS DE BARROS	

#### Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	(NEW)
853.329.846-34	DAYSILENE XAVIER CAMPOS DE BARROS	N/A

### Declaração Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	
005.943.926-24	ELAINE CRISTINA NETO	

### Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)		
CPF	Nome	
005.943.926-24	ELAINE CRISTINA NETO	

Belo Horizonte. sexta-feira, 18 de fevereiro de 2022



Documento assinado eletrônicamente por Alberto Vieira Filho, Servidor(a) Público(a), em 18/02/2022, às 17:14 conforme horário oficial de Brasília.



A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 22/081.181-4.

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9191466 em 18/02/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDIPEU LTDA. - SICOOB CREDIPEU, Nire 31400005455 e protocolo 220811814 - 18/02/2022. Autenticação: 9B1A60B4998E3BB4CD6C472C3C313B544847F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/081.181-4 e o código de segurança V466 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

NETY DE PAULA BOMPIM Pág. 48/49



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. sexta-feira, 18 de fevereiro de 2022

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9191466 em 18/02/2022 da Empresa COOPERATIVA DE CREDITO CREDIPEU LTDA. - SICOOB CREDIPEU, Nire 31400005455 e protocolo 220811814 - 18/02/2022. Autenticação: 9B1A60B4998E3BB4CD6C472C3C313B544847F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/081.181-4 e o código de segurança V466 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Pág. 49/49